

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.656.389 - SP (2020/0022121-7)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE SANTOS
ADVOGADOS : PERSIO SANTOS FREITAS - SP193749
EVERTON LEANDRO FIURST GOM - SP225671
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : RAMOS SQUARIZI LTDA

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por MUNICÍPIO DE SANTOS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

RECURSO DE APELAÇÃO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - ESTABELECIMENTO COMERCIAL - POLUIÇÃO SONORA - PRETENSÃO RECURSAL À EXCLUSÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - IMPOSSIBILIDADE - PRETENSÃO RECURSAL À INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N 11960/09 - POSSIBILIDADE.

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do art. 485, VI, do CPC, no que concerne ao reconhecimento da ilegitimidade do Município de Santos para figurar no polo passivo da demanda, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Preliminarmente, temos que o Município de Santos é parte ilegítima para estar no polo passivo da presente demanda.

A presente ação objetiva, em suma, fazer cessar dano então provocado pela empresa que, segundo consta, teria emitindo ruído ou o som superior ao previsto na norma técnica de regência, perturbando o sossego público.

Entretanto, não há participação do Município de Santos na realização do dano ambiental, ainda que indiretamente, pois, o Poder Público cumpre as normas municipais que regulam a espécie, promovendo fiscalização nos estabelecimentos, especialmente, naqueles em que ocorrem diversões públicas (fls. 715).

No caso em pauta, não se vislumbra a legitimidade de parte para o Município figurar no polo passivo. A ilegitimidade é manifesta pelo fato de que não houve a participação do Município na suposta ocorrência de dano ambiental descrito na inicial, vez que cumpre a sua primordial função fiscalizatória nos estabelecimentos, não podendo, portanto, ser condenado por dano que não deu causa (fls. 715/716).

Destarte, o caso é de extinção do feito sem resolução de mérito, nos termos do Artigo 485, Inciso VI do Novo Código de Processo Civil, por carência da ação no que diz respeito aos pedidos formulados em face do Município de Santos (fls. 716).

Quanto à segunda controvérsia, alega violação do art. 927 do CC, no que concerne à ausência de comprovação do dano moral coletivo, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

DA INEXISTÊNCIA DO DANO MORAL VULTOSO.

No mérito, no que toca a condenação por danos morais por questões ambientais, não há fundamento jurídico para a sua imposição porque tal não restou provado (fls. 716).

Para caracterização de dano moral, seja ele difuso ou o coletivo, é necessária a demonstração e descrição de seus pressupostos legais, a saber: conduta omissiva ou comissiva, ocorrência de dano, culpa e nexos de causalidade. No caso, o Membro do MP limita-se a alegar, genericamente, lesão ao direito difuso e direito coletivo (fls. 716).

Além disso, não restou indicado qual dano efetivamente existiu e nem quais as pessoas perceberam algum dano moral de índole difusa/coletiva. Por isso insistimos: o órgão ministerial não atendeu ao estabelecido no Artigo 319, Inciso III do NCPC, limitando-se a, com base em ilações, apontar genericamente a necessidade de resguardar eventuais direitos difusos e coletivos (fls. 717).

Disso tudo resulta a inadmissibilidade do dano moral coletivo, quer em razão de seu caráter individual, personalíssimo, divisível e disponível, contrário à noção de coletividade; quer em razão da incompatibilidade do pedido genérico de condenação ante o sistema atual de reparação civil, à justa medida do dano (fls. 719).

Com todo o respeito, o dano moral não se presta aos fins narrados no v. Acórdão ora recorrido, mas sim para indenizar o efetivo dano e não um dano meramente presumido. O sistema jurídico brasileiro não contempla os "danos punitivos" ("punitive damages"), que seria a punição por conduta ilícita sem comprovação de prejuízo. Desta feita, patente a infração ao Artigo 927 do NCC (fls. 720).

Quanto à terceira controvérsia, alega violação do art. 944 do CC, no que concerne à redução do valor fixado a título de danos morais ante sua desproporcionalidade, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Ademais, o valor estipulado a título de indenização por danos morais coletivos não atende aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como ao caráter punitivo e pedagógico da medida. A fixação do quantum debeat deve orientar-se pelos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, considerando-se, também, outros parâmetros, como o ambiente cultural dos envolvidos, as exatas circunstâncias do caso concreto, o grau de culpa do ofensor, a situação econômica deste e da vítima, a gravidade e a extensão do dano. Logo, torna-se totalmente

inviável o pleito astronômico buscado pelo membro do MP, bem como aquele fixado no v. Acórdão ora recorrido.

Nessa trilha, o Artigo 944 do NCC, ao assegurar o direito à mencionada reparação, preconiza que ela deve ser proporcional ao agravo sofrido pela vítima. Nessa medida, a imposição de eventual condenação ao Município se daria em patente prejuízo ao erário, por suposta ocorrência de dano moral que não restou demonstrado e nem caracterizado, além de ser obtido de forma arbitrária e vultosa.

A prevalecer os termos do julgado, a Municipalidade teria que suportar o pagamento de dano moral injusto e desproporcional, nos termos expostos (fls. 721).

É o relatório. Decido.

Em relação à primeira controvérsia, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Na sequência, as questões preliminares arguidas, relacionadas à ilegitimidade passiva e ausência do interesse processual, confundem-se com o mérito da lide e serão apreciadas juntamente com a matéria de fundo.

[...]

No mérito, os elementos de convicção produzidos nos autos demonstram a ocorrência de lesão ao meio ambiente, em decorrência de poluição sonora, mediante o descumprimento da legislação Municipal relacionada à regularização de edificações.

Pois bem. A realidade dos autos indica o funcionamento do estabelecimento comercial Dido's Bar, com níveis de ruído e som acima do permitido, nos termos da NBR nº 10.151/2.000 e artigo 193 da Lei Municipal nº 3.531/68, conforme a prova documental de fls. 176/177.

Além disso, é possível verificar que a pessoa jurídica solicitou, inicialmente, a expedição do Alvará de Funcionamento, sem mencionar a atividade referente à execução de música. E, por tal razão, o processo administrativo foi indeferido, em maio de 2.015 (fls. 66/68).

Ademais, o referido estabelecimento comercial foi autuado por 3 vezes (fls. 69, 75/76), em razão da continuidade das respectivas atividades, a despeito da intimação para o encerramento.

Na sequência, em dezembro de 2.015, sobreveio o levantamento do Embargo da atividade comercial acima mencionada, por força do parecer favorável emitido pela da Secretaria de Obras. Isso porque, a referida pessoa jurídica alterou a utilização do bem imóvel, cumprindo, em tese, as exigências contidas no artigo 620, § 2º, da Lei Municipal 3.531/68.

[...]

Porém, a própria Municipalidade esclareceu, a fls. 444/445 que o estabelecimento comercial, em setembro de 2.016, funcionava sem a necessária expedição da Carta de Habite-se e as reformas exigidas pelos órgãos competentes. E mais. O referido estabelecimento não havia providenciado, ainda, o revestimento acústico, o que poderia evitar, em grande parte, a poluição sonora para os moradores da região.

Enfim, é indubitosa a responsabilidade da Municipalidade pela

fiscalização quanto à emissão de ruídos, acima do limite permitido na legislação pertinente, de modo a garantir a tranquilidade e o sossego dos demais cidadãos principalmente no período noturno.

Mas não é só. É possível verificar, também, em razão da omissão do Ente Público Municipal, a reiteração continuada de atos de desrespeito aos direitos difusos e coletivos, ora analisados, decorrentes da poluição sonora provocada pela pessoa jurídica. E, tal situação autoriza, à evidência, a condenação da Municipalidade, nos termos da r. sentença recorrida.

De qualquer forma, não prosperam os argumentos da parte recorrente, suscitados no recurso de apelação, pois, a r. sentença impugnada, quanto ao mérito da lide, bem decidiu a questão submetida a julgamento, como se vê:

“Veja. A Municipalidade, mesmo diante das inúmeras evidências de que a segunda ré estava desenvolvendo suas atividades em completo desacordo com a legislação municipal e regras da ABNT, ficou-se inerte por quase 06 meses, porquanto o levantamento do Embargo se deu em dezembro de 2015 e a promessa de um novo embargo, caso a segunda ré não providenciasse o necessário à legalização de sua atividade, ocorreu em maio de 2016.

Não bastasse isso, novamente, a Municipalidade omitiu-se, quando do decurso do prazo de 30 dias dado para regularização, posto que nada fez para cessar as atividades do "Didos's Bar", o qual permaneceu em funcionamento até o deferimento da tutela antecipada nestes autos, obrigando ao cumprimento sob pena de multa.

Ainda, em relação ao PA Nº 72574/2014-31, o qual tratava sobre a aprovação de projeto de mudança de uso, tem-se que a segunda ré, somente em junho do ano de 2017, cumpriu a determinação exarada em outubro do ano anterior, providenciando a proteção acústica nos termos do art. 41, da LC 84/93 (Código de Edificações do Município de Santos), a qual prevê:

"Artigo 41 - As edificações destinadas à indústria em geral, fábricas, oficinas, comércio e diversões, além das disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, devem ter características necessárias para evitar o impacto da atividade desenvolvida na edificação em relação ao entorno, dentro de padrões estabelecidos por normas técnicas da ABNT e legislação pertinente, no tocante à poluição sonora, térmica, das águas e do ar".

Apesar da regularização da acústica do estabelecimento, o pedido de alvará de licença, consubstanciando-se no PA nº 92360/2014-90, que havia sido indeferido pela ausência de aprovação do projeto de mudança de uso, foi novamente indeferido pela ausência de "habite-se", devido à falta de Licença do Corpo de Bombeiros e Alvará Sanitário, tendo sido este último, frise-se, apesar do estabelecimento da segunda ré ("Dido's Bar") estar em funcionamento desde meados de 2014, requisitado somente em janeiro do ano de 2016, através do PA nº 6429/2016-51.

Conforme parecer de fl. 536/537, datado de 28/09/2015, referente ao PA 72574/2014-31, o projeto do estabelecimento comercial não foi aprovado por infração à legislação municipal, ferindo o quanto disposto nos arts. 5º, 10, 64, 66, da LC 84/93; art. 5º da LC 528/05; e art. 43, da LC 730/11, ocorrendo o indeferimento da regularização no dia 30/09/2015.

Houve pedido de reconsideração da decisão (fls. 538/540), com a comprovação de algumas regularizações, nos termos da legislação municipal, conforme fls. 541/547, porém não de forma integral, de acordo

com o parecer técnico de fl. 548, datado de 19/10/2015.

Ainda, observa-se às fls. 572 que houve um segundo pedido de expedição da carta de habitação ("habite-se"), porém, até a apresentação da contestação da Municipalidade, o processo se encontrava sem conclusão.

Não resta qualquer dúvida quanto ao descumprimento da legislação por ambas as rés, assim como a lesão ocasionada ao meio ambiente (fls. 697/701).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: "O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)" (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que o reexame da premissa fixada pela Corte de origem quanto à presença ou não dos elementos que configuram o dano moral indenizável exigiria a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que não é possível em sede de recurso especial.

Confirmam-se os seguintes precedentes: AgRg no REsp 1.365.794/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Corte Especial, DJe 9/12/2013; AgRg no Ag 1.408.221/RJ, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/6/2012; AgInt no REsp 1.785.677/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 2/9/2019; AgInt no AREsp 1.486.359/SC, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe 30/8/2019; AgInt no REsp 1.652.916/SP, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 30/8/2019; AgInt no AREsp 1.413.617/GO, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 17/5/2019.

Superior Tribunal de Justiça

Quanto à terceira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que, muito embora possa o STJ atuar na revisão das verbas fixadas a título de danos morais, esta restringe-se aos casos em que arbitrados na origem em valores irrisórios ou excessivos, o que não se verifica no caso concreto.

Nesse sentido: “Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do óbice da Súmula n. 7 do STJ para possibilitar sua revisão. No caso, a quantia arbitrada na origem é razoável, não ensejando a intervenção desta Corte” (AgInt no AREsp 1.214.839/SC, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 8/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.269.094/PR, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt no AREsp 1.386.578/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 13/3/2019; e AgInt no REsp 1.761.700/RO, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 26/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente